



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (33); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Del Ciel, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 83/78

Curitiba, 01 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer os casos de perda do posto de Oficial da Polícia Militar do Estado.

Altamente significativo e consultando plenamente aos superiores interesses da Administração, o anteprojeto de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, elaborado segundo orientação do Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares, visa adotar, pela via da legislação estadual, normas disciplinadoras dos casos de perda do Posto de Oficial da Polícia Militar do Estado.

O disciplinamento dessa matéria era feito pela Lei Federal n.º 5.300, de 29 de julho de 1967, que dispunha sobre o Conselho de Justificação para os oficiais do Exército, aplicável tal lei, às Polícias Militares, por disposição expressamente nela contida. Revogada a Lei n.º 5.300/67, pela de n.º 5.836/72, os Estados, em consequência e por orientação da Inspetoria Geral das Polícias Militares, passaram a legislar sobre o assunto, o que, aliás já aconteceu com várias Unidades da Federação, cujos respectivos diplomas legais encontram-se em condições de plena e tranqüila exequibilidade.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-

ro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça do Estado, em decorrência de julgamento a que for submetido.

Art. 2.º — Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato, ou de incompatibilidade com o mesmo, o Oficial que:

I — for condenado por Tribunal Civil ou Militar a pena restritiva de liberdade individual superior a dois (2) anos, em decorrência de sentença condenatória passada em julgado;

II — for condenado por sentença passada em julgado por crime para os quais o Código Penal Militar comina essas penas acessórias e por crimes previstos na legislação concernente à Segurança Nacional;

III — incidir nos casos previstos em lei específica que motivam o julgamento por Conselho de Justificação e neste considerado culpado;

IV — tiver perdido a nacionalidade brasileira.

Art. 3.º — O Conselho de Justificação observará as normas de procedimento estabelecidas pela lei federal.

§ 1.º — Cabe ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná indicar ao Secretário de Estado da Segurança Pública, o Oficial a ser submetido a julgamento perante o Conselho de Justificação, bem como os Oficiais que deverão integrá-lo em cada caso.

§ 2.º — No procedimento e julgamento perante os Conselhos de Justificação, as atribuições conferidas, na legislação federal, ao Presidente da República, aos Ministros Militares e ao Superior Tribunal Militar, cabem, respectivamente, ao Governador, ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 84/78

Curitiba, 01 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

| Município | Data da Celebração |
|----------------------|--------------------|
| Assis Chateaubriand | 16/03/78 |
| Assis Chateaubriand | 16/03/78 |
| Colorado | 07/03/78 |
| Sabáudia | 11/05/78 |
| São Miguel do Iguaçu | 16/03/78 |
| Tapira | 03/04/78 |
| Quinta do Sol | 16/03/78 |
| Céu Azul | 17/03/78 |
| Jardim Olinda | 02/03/78 |
| Realeza | 17/03/78 |
| Assaí | 11/05/78 |

| | |
|--------------------------|-----------|
| Japira | 11/05/78 |
| Uniflor | 11/05/78 |
| Itambaracá | 28/06/78 |
| Guapirama | 11/05/78 |
| Ribeirão do Pinhal | 11/05/78 |
| Laranjeiras do Sul | 16/06/78 |
| Salto do Itararé | 06/07/78 |
| São Jorge do Ivaí | 05/07/78 |
| Marialva | 05/07/78 |
| Medianeira | 22/08/78 |
| Lupionópolis | 05/07/78 |
| Inácio Martins | 05/07/78 |
| Enéas Marques | 05/07/78 |
| Iporã | 17/02/78. |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-ro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e conside-ração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o n.º 223/78, do Senhor Nabil Badr, Digníssimo Mi-nistro Plenipotenciário e Cônsul Geral do Egito nos seguintes termos: "Ao se comemorar o Dia da Pátria, quero expressar a Vossa Excelência e a toda Assembléia do Estado do Paraná, meu apreço e os votos de franco progresso para o Brasil, que muito o merece como grande Nação que é, não só na América Latina, assim como pela importante posição que hoje ocupa em nosso Mundo.

Nossas felicitações ao grande e amigo Povo Brasileiro.

Com toda simpatia e amizade. — Ao conhecimento da Casa.

Ofício do 1.º Encontro de Vereadores do Sudoeste, en-caminhando a este Poder Legislativo, proposição de apoio à concessão de anistia aos brasileiros punidos por crimes políticos, aprovada no 1.º Encontro de Vereadores do Sudoeste do Pa-raná, realizado em 29 de julho do ano em curso. — Ao conheci-mento da Casa.

Sob o n.º 02/796/78, do Senhor José Claudino da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Osasco — Estado de São Paulo encaminhando cópia de requerimento de sua autoria, em cujos termos apela ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, solicitando de Sua Excelência, providências no senti-do de proibir em definitivo, em nosso País, a instituição de Cam-peonatos que visem a extinção da fauna, permitindo-se dessa forma que a natureza continue a ser aquela mesma um dia criada por Deus. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-buições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 101/78, de sua autoria, que visa denominar Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto, Unidade Pólo da cidade de Paranavai.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Waldenício Barbalho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-ções regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário o arquivá-

mento do Projeto de Lei n.º 170/77, de sua autoria, que cria no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Augusto Carneiro

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-buições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. IDAVINO SCHULTZ, ocorrido hoje nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-buições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª ADELINA ISSA MALUF, ocor-rido em Wenceslau Braz, no dia 6 do corrente.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Adalberto Daros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações à empresa paranaense "Indústrias Todeschini S/A", localizada em Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Ezequias Losso

JUSTIFICATIVA:

Adotando o "slogan" "É o Paraná alimentando o Brasil", funciona em Curitiba, desde o século passado, a exemplar orga-nização "Indústrias Todeschini S/A", formada por capital ge-nuamente paranaense.

Durante os 93 anos de atividades, a referida empresa tem-se destacado pela excelente qualidade dos seus produtos, preparados com moderníssima tecnologia e empregando sele-cionadas matérias-primas.

Contando com a direta e eficiente administração da "Família Todeschini", recentemente a indústria ampliou suas instalações, funcionando em novas dependências, localizadas no km 5,5 da BR-116.

Para orgulho paranista, um dos produtos Todeschini foi reconhecido através da premiação em primeiro lugar no FLEX-PACK ANARDS, importante concurso internacional da NATIONAL FLEXIBLE PACKAGING ASSOCIATION, reali-zado anualmente em Cleveland, Estados Unidos.

Diante destes fatos e levando em consideração que a nossa "Indústrias Todeschini" tem se colocado em notável posição, competindo com as maiores multinacionais que atuam no setor, é esta proposição para registrar as congratulações desta Casa à ilustre família que lidera o empreendimento e seu operoso cor-po de funcionários, exemplares no progresso econômico de nossa Pátria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscre-ve, requer da Mesa Executiva, digne-se a prestar as seguintes informações:

1 — Informar se foram contratados ou nomeados pessoal para o quadro de funcionários desta Casa, nos últimos dois meses.

2 — Se positivo, informar os nomes dos funcionários, os

Curitiba, quarta-feira, em 13/09/78

cargos de ocupam e, em que gabinetes estão lotados.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto de serviço telefônico interurbano na localidade de Virmond, no Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Virmond, situada às margens da BR-277, entre Guarapuava e Laranjeiras do Sul, caracteriza-se por um comércio e índice populacional de expressiva consideração, tornando-se difícil para seus habitantes comunicação com o resto do Estado, em virtude da distância que os separa, tanto de Guarapuava, como de Laranjeiras do Sul.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 149/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "APMI Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goioerê", com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e da filantropia à comunidade de Goioerê, recebendo inclusive o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 829/06/77, cujo teor segue anexo.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela Lei Estadual em vigor que regulamenta o instituto da utilidade pública.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 150/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar no Distrito de Casa Branca, Município de Xambrê, um Posto de Microondas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Quielse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Casa Branca, no Município de Xambrê, é uma das localidades que vem apresentando expressivo desenvolvimento, quer no setor econômico, agrícola e sócio-cultural, que está a exigir maiores atenções do Poder Público, a fim de sustentar e fortalecer tal progresso que em síntese, virá beneficiar o próprio Estado.

Com o presente projeto de lei, estamos autorizando o Poder Executivo a implantar um Posto de Microondas, que proporcionará maiores e melhores condições de comunicação, tão importante na atual conjuntura nacional, para aquela rica região que com o seu crescente progresso está transformando o

grande celeiro que é o oeste paranaense.

Assim esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 151/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança - APAE", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e da filantropia à comunidade de Nova Esperança, granjeando-lhe o reconhecimento municipal através da Lei n.º 1.534, de 08/11/77, cujo teor segue anexo.

A documentação que apresentamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor no Estado.

Com isso esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o horário que lhe era destinado.

A Presidência concede a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "A Folha de Londrina", em sua edição do dia 9 de setembro corrente, deu ampla publicidade a respeito da decisão da Câmara Municipal, outorgando um título ao Deputado Waldenício Barbalho, "persona non grata" do Município de Paraíso do Norte.

A respeito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, remeti a S. S.ª, o Sr. João Milanez, diretor da "Folha de Londrina", a seguinte carta: (Lê)

"Paranavaí, 12 de setembro de 1978.

Do Deputado

Waldenício Barbalho

Ao Il.º Sr.

João Milanez

DD. Diretor Proprietário da

Folha de Londrina.

Prezado Senhor:

Li na edição do dia 09 de setembro corrente, no seu conceituado jornal, a decisão da Câmara Municipal de Paraíso do Norte. Com a documentação junta à presente, solicito a V. S.ª, a bem da verdade, autorizar a publicação das razões de defesa do Deputado injustiçado pela maioria dos Vereadores Arenistas daquele Município. Lamento, profundamente, terem os Srs. Vereadores da Aliança Renovadora Nacional, CARLOS ORLANDO CAVALLI, ALVO ORLANDO VIZOTTO, JOÃO AFONSO BORTOLOTO e VILMA BRAGA, decidido sem conhecimento das verdadeiras razões de ordem pública que me levaram a denunciar da Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a corrupção administrativa do Prefeito Germano Sordi.

Sua Excelência, o Prefeito de Paraíso do Norte, assimilando a lição decorrente da afirmativa do Coronel Ruben Ludwig, assessor de imprensa do Presidente da República, segundo a qual "A CORRUPÇÃO É INERENTE AO HOMEM", corrompe, na sua comuna, a coisa pública em benefício próprio

Nos Autos n.º 39/78 em andamento na Comarca de Paraíso do Norte, no qual figuram como partes, na qualidade de exequente a Fazenda Pública do Estado do Paraná e de executado o Sr. Armando Marques, está a prova do ato delituoso praticado pelo Prefeito Germano Sordi.

Armando Marques, ex-Locatário da lanchonete situada no Bosque Pedro Stoqueiro, de propriedade do Município, está sendo executado pela Fazenda Pública por falta de pagamento. O processo de executivo fiscal está correndo a sua revelia e a revelia do Sr. Geraldo Siscouto de quem o Sr. Germano Sordi adquiriu os bens móveis e utensílios, para, em seguida, através da firma "BOSQUE LANCHONETE E PESTISCARIA LTDA.", da qual é o acionista mor, explorar comercialmente a lanchonete do Bosque Municipal.

Assim sendo, o Prefeito que detém 90% das ações, conforme contrato constante de fls. 15 dos citados autos, haverá de figurar no processo como executado, em substituição ao Sr. Armando Marques, devedor relapso, nos termos do parecer do Dr. Promotor Público, Lauri Caetano da Silva.

O prédio onde se encontra em pleno funcionamento a lanchonete foi ampliado e melhorado pela Administração Municipal. Tem pista de dança, construída com muito bom gosto, objetivando, certamente, transformá-lo no recanto mais acolhedor e aprazível da cidade. As casas congêneres reclamam, mas temem o Prefeito e a sua força coercitiva, através de impostos municipais. Citam, como exemplo, a cobrança do asfalto, o mais caro da região do Noroeste do Paraná, cobrado ilegalmente a partir da assinatura do convênio com a Sucepar, da qual recebeu pelo menos dois terços da importância destinada ao combate à erosão.

Que aluguel estaria a firma do Sr. Germano Sordi pagando à Prefeitura depois desses melhoramentos? O contrato de locação é por excelência bilateral. Depende, pois, do acordo de duas vontades. Quem teria representado, para a sua consumação, a Prefeitura? O Sr. Germano Sordi é juridicamente o representante da Prefeitura, na hipótese, também, o Senhorio ou o Locador. E o Locatário ou Inquilino quem teria sido? Naturalmente a firma. Mas representada por quem? Pelo Sr. Germano Sordi, o maior acionista ou pelo seu sócio que tem apenas 10% das ações?

Sinto em tudo isso o cheiro insuportável da corrupção que envolve a atual administração municipal de Paraíso do Norte e os Srs. Vereadores ao afirmarem taxativamente que "A LANCHONETE DO BOSQUE É EXPLORADA POR FIRMA DEVIDAMENTE LEGALIZADA E QUE NADA TEM A VER COM PREFEITO MUNICIPAL" (grifos de nossa autoria), incorreram em lamentável equívoco.

"O Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967 dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º do artigo 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 07 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º — São crimes de responsabilidades dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores (grifos de nossa autoria); I — apropria-se de bens ou rendas públicas ou desviá-los em proveito próprio ao alheio; II — Utiliza-se indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos". "Parágrafo 1.º - Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos ..." (grifos de nossa autoria).

O Bosque Pedro Stoqueiro é Municipal e a lanchonete nele situada, por força de regra universal de direito segundo a qual "o acessório acompanha o principal", também o é.

A Câmara Municipal de Paraíso do Norte, naturalmente cumpridora de seu dever e de sua responsabilidade constituo-

nais ante a prova de que detém S. Ex.ª, o Prefeito Germano Sordi, 90% das ações da firma "BOSQUE LANCHONETE E PETISCARIA LTDA." não poderá ter outra alternativa senão promover, nos termos do § 1.º, do artigo 2.º do Decreto-Lei supra citado, a responsabilidade criminal do Prefeito de Paraíso do Norte.

Diante do exposto repudiado deveria ter sido o Prefeito e não o Deputado que cumpre o dever constitucional de fiscalizar a coisa pública. Porém, eu os desculpo, ante a prática do erro involuntário. Mas, aguardo a iniciativa dos ilustres edis, legítimos representantes do povo de Paraíso do Norte, no sentido de ser devidamente processado aquele que no dia da posse prestou o sagrado compromisso de zelar os bens públicos com probidade e honestidade.

Tenho certeza que o povo consciente e bom de Paraíso do Norte, Município onde tenho tantos amigos e onde residem os meus familiares, a família Canabrava, padrão de trabalho, honradez, dignidade e honestidade comprovadas, injustamente injuriada pelo Prefeito, há de me considerar "persona grata", principalmente pelas razões de amizade e de atendimento público, como Deputado, às suas instituições de caridade, jamais igualado por outro parlamentar ou pela própria Prefeitura que dispõe de vultosos orçamentos.

Como dizia Santo Agostinho: "Prefiro os que me criticam aos que me bajulam" e concluo com as minhas palavras: a bajulação oficial é irmã gêmea da corrupção neste País tão belo, tão rico e tão necessitado de administração humanitária para se tornar uma grande nação.

Atenciosamente

(a) Waldenício Barbalho

Sr. Presidente, esta é a carta com toda a documentação extraída dos autos de executivo fiscal em andamento na Comarca de Paraíso do Norte, remetida ao Sr. João Milanez, da "Folha de Londrina", que, certamente a pedido do Prefeito, deu ampla publicidade sobre o título que me foi conferido pela Câmara Municipal de Paraíso do Norte.

Era Só. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná acompanha preocupado o movimento que atinge a educação no Paraná, com o congresso permanente dos professores. E no momento preciso em que o Governo usando os meios autocráticos que lhe são colocados à disposição, retira do noticiário da imprensa, retira do noticiário das emissoras de rádio, das emissoras de televisão toda e qualquer consideração a respeito da crise porque passa a educação no Paraná.

Mas no mesmo tempo e no mesmo instante em que o Sr. Governador do Estado vai a uma rede estadual de televisão para dar unilateralmente a sua posição, vem a grande indagação e a grande preocupação daqueles que não pensando apenas no dia de hoje têm, entretanto, a preocupação com o dia de amanhã e com o futuro da formação da geração que vem após a nossa.

É evidente Srs. Deputados, que o magistério do Paraná saia a campo para reivindicar aquilo que entende como o seu direito. E se nós estivéssemos em um regime democrático, de verdadeiras liberdades públicas, nós teríamos os órgãos de imprensa, nós teríamos as emissoras de radiodifusão, nós teríamos as emissoras de televisão, nós teríamos os auditórios das entidades classistas abertos ao debate, abertos à discussão de um problema cuja razão pode não estar ao lado do Governo, pode não estar ao lado desta ou daquela parte, mas desta discussão, Srs. Deputados, poderíamos encontrar o consenso que conduzisse a educação como um bem fundamental, acima de qualquer consideração classista, acima de qualquer consideração econômica.

Entretanto, não estamos em uma democracia. Estamos

Curitiba, quarta-feira, em 13/09/78

em uma autocracia arbitrária e violenta, onde os homens que detêm o poder dizem o que querem e os outros segmentos da sociedade são obrigados a engolir, porque não dispõem dos mesmos meios de comunicação.

Hoje, esta Casa, Sr. Presidente, recebeu através de cada um dos seus 54 Deputados, de cada um dos seus 54 membros, um convite, como receberam cerca de cinquenta mil paranaenses, para que participem desses convidados, de um debate público, aberto, sereno, no auditório do Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, situada em frente à antiga rodoviária de Curitiba, a partir das oito horas da noite.

É um debate em que não haverá, seguramente, Srs. Deputados, o unilateralismo, de uma rede estadual de televisão às custas do erário público. Não será certamente, o parcialismo faccioso, dos detentores do poder, mas será um debate público aberto, franco, em que aqueles que entendem a razão do magistério, lá estarão para defendê-la. E aqueles que entendem a razão do Senhor Governador do Estado, ao negar a audiência, às reivindicações dos educadores do Paraná, também poderão estar lá, para frente a frente, face a face, dizer das suas razões. Que triste o regime, triste este que tem medo da discussão, que tem medo do debate, e que tem medo do diálogo franco e aberto. Porque aqueles que falam em diálogo, entretanto, se acobertam à sombra de atos de exceção, de atos de arbítrio, de atos de violência.

Aí está portanto, o convite àqueles que manifestam posição favorável ao magistério; àqueles que manifestam posição favorável aos delegados do Poder Central, instalados no Palácio Iguazu, compareçam ao auditório do Salão Paroquial, da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, a partir das vinte horas.

Para quem não sabe o endereço, é em frente à antiga rodoviária.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pergunto à Liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, compareço até constrangido à tribuna, ao ter que enunciar em nome de minha bancada, uma medida a que somos e nos vemos na contingência de adotar, em face dos últimos acontecimentos verificados no Estado do Paraná.

Na tarde de ontem, três professores foram presos arbitrariamente pela DOPS. Três professores, líderes do movimento que se desencadeia neste Estado, e que visa trazer reivindicações da classe do magistério.

Desde o início o Governo pretendeu solucionar o problema, com ameaças inclusive, ameaças de enquadrar os professores na Lei de Segurança Nacional. Posteriormente, houve um desmentido quando se percebeu que a população indignada não aceitou esta ponderação do Governo, de que os professores deveriam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Estabelecido o diálogo, não se chegou à conclusão nenhuma, isto porque, o Governo tem se mostrado irredutível.

Parece-me que a alegação do Governo de que não tem meios financeiros para atender os professores, data vênica, não procede. Porque se o Governo não tem condições de atender hoje, os técnicos da Fazenda estudam o novo orçamento, Sr. Presidente.

E este orçamento nós sabemos, está apresentando índices para 1.979, com crescimento bastante auspicioso, inclusive, em mais de trinta por cento da receita do aumento da receita do Estado. O que vale dizer que, em 1.979, o Estado tem condições de dar atendimento se não total, ao menos parcial para os professores.

Acredito que se o Governo tomasse essas posições agora, os professores se dariam por satisfeitos, porque ninguém exige que esse teto seja a partir desse instante.

Mas, sim que houvesse um início de conversação e um início de solução.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, como disse, constrangido e não como represália a esta Casa. Porque esta Casa bem sei que é sensível ao movimento dos professores.

E se parte dela engajada e totalmente atrelada numa época eleitoral, independente do Executivo, não pode tomar os ares de independência que o momento requer, de nossa parte, de nossa bancada, nós Sr. Presidente, queremos demonstrar ao Chefe do Executivo, que a nossa bancada não concorda da maneira como se procura solucionar a crise. Prender professores, substituir professores, nas aulas, não é solução do impasse criado. Porque cada professor que voltou às aulas e que voltará às aulas, premido e coagido pela pressão e pela coerção que se processa agora, será um cidadão revoltado com a sociedade de que ele participa. E essa revolta e esse inconformismo, será extravasado na aula que ele der. E o objetivo e o alvo disso tudo, serão os nossos filhos, os estudantes do Paraná que terão não mestres, mas pessoas revoltadas, com uma injustiça social tão gritante que o próprio Governo não tem condições de dizer que as reivindicações são injustas.

Apenas de que o momento não seria apropriado.

Portanto, Sr. Presidente, de nossa parte, vamos exigir de ora em diante que o Governo que tem capacidade de mobilizar a opinião pública contra a classe dos professores, que age discricionariamente ao silenciar as televisões, não divulguem notas dos professores. Mas que ele pode ir gastando o dinheiro público, pedir ao povo do Paraná que em Assembleia decidida. De nossa parte nós decidimos da bancada do MDB, numa medida ainda provisória, porque será tomada em caráter definitivo numa reunião da bancada, que já convocamos para o próximo dia 27, mas até lá, Sr. Presidente, como havíamos afirmado anteriormente, se um só professor fosse punido neste Estado, nós tomaríamos a medida drástica de não mais participar do "quorum" nas votações desta Casa. E assim procedendo, usamos um expediente legal, regimental, a partir de hoje, Sr. Presidente, somos constrangidos a dizer a Vossa Excelência e aos eminentes pares desta Casa, de que a nossa bancada estará atenta, para, na mínima votação que aqui se verificar, solicitar o "quorum" regimental e fazer assim com que o Governo tenha que, também nesta Casa, armar o seu esquema; esquema que para os professores lamentavelmente tem sido usado através da polícia.

Nós do MDB entendemos que a solução da educação não se fará jamais com polícia; jamais pondo policiais na frente de escola, jamais prendendo professores, jamais intimidando os nossos mestres.

Terá o Governo que arcar com esta responsabilidade, porque ao chegar à televisão, o Sr. Governador do Estado e dizer que o Estado do Paraná devia ser uma grande Assembleia que decidisse, nós decidimos não endoçar as medidas que o Governo vem tomando, que entendemos que as medidas que o professorado quer, são justas e a partir deste instante, da justiça desta medida, não representamos, é verdade, a maioria nesta Casa, mas somos uma força bastante para exigir que o Governo mobilize seus Deputados, porque o Governo terá interesse em aprovar matérias que aqui transitam.

Portanto, Sr. Presidente, como disse a Vossa Excelência, a partir de hoje, esta liderança estará cobrando, regimentalmente, o "quorum" necessário, ou seja, a maioria dos membros desta Casa, para ter existência e verificação legal do "quorum" necessário.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta a Liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É de se lamentar o que vem acontecendo em nosso Estado com referência ao congresso, chamado dos professores.

As reivindicações feitas pelos professores, de maneira nenhuma, — poderíamos dizer — serem injustas. Achamô-las até justas. Propusemo-nos até lutar para conseguir a estabilidade do suplementarista com dez anos; pelo concurso de promoção.

E aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar bem claro, que o que vou afirmar não é em nome da Liderança porquanto, não estou autorizado para tal; não entrei em contato com os demais Srs. Deputados para tratar sobre o assunto, e muito menos com o Sr. Governador do Estado, é um ponto de vista meu.

Proponho, junto aos demais companheiros, mesmo da bancada da Oposição, para entrarmos em contato com o Sr. Secretário da Educação, a fim de vermos a possibilidade da estabilidade dos professores suplementaristas. Acho que isso é viável; bem como o concurso de promoção.

Mas, sabemos que impossível o que se pede, ou seja, uma elevação de cem por cento do vencimento do professor primário, porque, com o concurso e promoção já está sendo beneficiado. Mas, no mês de setembro, quando o orçamento já não tem quase condições de suportar suas despesas, com a estiagem prolongada que tivemos em nosso Estado, com a queda de arrecadação, dá até para pensar — quando se pede um aumento de cem por cento — é para não se encontrar uma solução, para que não se atenda.

E sabemos que o líder desse movimento é o professor Rubens de Oliveira que, maliciosamente, convida os professores a entrarem em congresso, para deixar as aulas, mas ele se precau-veu antes, pedindo uma licença especial. Ele está acobertado, está garantido, porque está em licença especial. Enquanto os demais professores, sem saber disso, o acompanham e dão cobertura à sua iniciativa.

Isso é um verdadeiro absurdo.

Vemos o apoio da Oposição a esse movimento.

Nós queremos encontrar uma solução. Mas, não queremos tumultuar. E com todo o respeito e sem nenhuma ofensa à eminente bancada da Oposição, mas sabemos que existem candidatos da Oposição, na classe dos professores. E vou citar o nome para não ficar no ar: professor Dino Zambenedetti, que tem procurado tumultuar, principalmente no Norte do Paraná, e que é um candidato a Deputado, e não tem interesse que se acerte, que se ache uma solução. Porque, qualquer solução não traria os benefícios que está trazendo esta preocupação dos senhores pais, do Governo, enfim de todos nós.

Mas, lamentamos que o eminente Deputado Nilso Sguarezi anuncie agora a disposição da sua bancada de pedir a verificação de "quorum", e nós sabemos, neste ano político, principalmente nesta época, a dificuldade que temos de manter as duas bancadas coesas neste Plenário, porque todos estão em campanha. Difícilmente terá tramitação projeto de interesse não do Governo, mas interesse do Paraná.

Mensagens que vêm para esta Casa e que precisam ser aprovadas e que talvez vamos levar até o fim do ano sem conseguir aprovação.

Mas, proponho pessoalmente ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que poderemos entrar em contato com o Secretário da Educação, sem falar em aumento de vencimentos, que sabemos ser impossível.

Mais do que eu tenho ouvido dos professores com quem tenho dialogado, na minha região é a sua preocupação com o concurso de promoção. O que eles querem, aqueles suplementaristas que não têm garantias, é a estabilidade aos dez anos.

Quando se pede aumento, duas coisas fizeram assim com que entendêssemos a intenção: em primeiro lugar, o professor suplementarista que fez o concurso para lecionar da 1.ª à quarta série primária e que estava com quarenta e quatro aulas suplementares, ganhando nove mil cruzeiros, e que tendo um padrão, esse padrão tem dois mil e quinhentos cruzeiros e é obrigado a abrir mão de vinte e duas aulas. Ficaria, então com as vinte e duas, mais quatro mil e quinhentos cruzeiros e mais dois mil e quinhentos cruzeiros, num total de sete mil cruzeiros. Teria, então, um prejuízo de dois mil cruzeiros.

É excelente propor o padrão de cinco mil mais quatro mil e quinhentos, passando para nove mil e quinhentos cruzeiros.

Acho justo, mas nesta altura, no mês de setembro, é quase impossível.

A outra preocupação é a sua preocupação, como afirmei, de outros interesses eleitores.

Nós não podemos concordar com esta posição que vem sendo adotada.

Falou-se em polícia. Tenho certeza, e, de maneira nenhuma o Governo convocaria a polícia para pressionar o professor a comparecer ao estabelecimento. Mas, o que é preciso é dar garantia ao aluno que quer frequentar aulas e quer chegar na classe; ao professor que quer lecionar, e eu sou testemunha disso, de professores que me procuraram e que estavam sendo impedidos de entrar no estabelecimento.

Houve mesmo professores pedindo transferência do Instituto de Educação para outro estabelecimento porque não podiam lecionar. Isto é que era preciso: dar garantia àqueles que querem lecionar, dar condições aos alunos para entrar na sala de aula. Mas, de maneira nenhuma pressionar o professor. Isso não é intenção do Governo.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Fico satisfeito com esse convite para que tentássemos um diálogo, a fim de resolvermos o impasse que se encontra entre os professores do nosso Estado. Isso vem de encontro inclusive, a um requerimento apresentado pela Liderança do meu Partido, há um tempo atrás, e que foi sistematicamente boicotado nesta Casa, negado e, finalmente, retirado porque havia perdido o objetivo.

A proposta que Vossa Excelência fez realmente é válida e, repito, vem de encontro a um dos pedidos feitos pela nossa Liderança há um tempo atrás.

De outro lado, Sr. Deputado, num trecho de seu discurso, Vossa Excelência falou em professores bem intencionados. Eu quero refutar, até por uma questão familiar. A minha mulher é bem intencionada, é professora, e se encontra participando do congresso. Ela é bem intencionada, mas temos que admitir que, se existem candidatos do meu Partido, na liderança dos professores, a pergunta que se deveria fazer, era porque, exatamente esses homens estão no MDB, porque as lideranças e esse cidadão citado, professor Dino Z. Benedetti, Presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, porque esse cidadão que era líder e é líder na classe dos professores, está com o MDB não está com o Governo. Mais cômodo para ele, provavelmente seria ser candidato pela ARENA.

Parece-me, Deputado, e por isso acho bem vindo a sua proposta de se tentar achar uma solução e, eu acredito que agora as coisas estariam bem postas, aqui nesta Casa de Leis, que representa realmente o povo paranaense, mas que nós procurássemos também examinar sem emoções, o problema do professorado. Realmente o problema do professorado, o nosso professor primário, continua recebendo menos do que uma empregada doméstica e não adianta nós dizermos e afirmarmos de que é o segundo Estado, em termos de remuneração dos professores, porque São Paulo paga mais e também está em greve.

A verdade tem que ser obtida. Um professor primário em

Curitiba, quarta-feira, em 13/09/78

nosso Estado, ganha cerca de três mil cruzeiros. É menos do que uma empregada doméstica, e esta é a gravidade da situação.

Nós temos de achar soluções para isso, e soluções elas existem, desde que realmente façamos desta Casa, uma Casa de um diálogo para acharmos soluções.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, só confirmando, eu no início da minha fala disse que as reivindicações são justas, que o vencimento do professor primário no Paraná é muito baixo.

Nós concordamos com isso, mas creio que com o concurso e promoção professores que estão aí há vinte anos, que já têm hoje, faculdades, tempo de serviço, no concurso-promoção vai ter o vencimento compatível.

O que se pede e nós sabemos da impossibilidade. Todos nós conhecemos o orçamento do Estado.

Vossa Excelência já foi Prefeito como eu, sabe que no mês de setembro, as dotações já não suportam mais qualquer acréscimo, e principalmente no nosso caso do Paraná, com a estiação prolongada, que caiu a arrecadação do Estado, nós sabemos ser impossível, mas não podemos resolver de uma vez. Lutou-se tanto para aprovar o Estatuto, que foi tão falado desde que cheguei nesta Casa, em 1970, já se falava no Estatuto do Magistério.

Nós conseguimos aprovar esse Estatuto.

Vamos por etapas.

Vamos conseguir o concurso-promoção, vamos conseguir a estabilidade, que já é um grande passo.

O Sr. Deni Schwartz — Se me permite, Deputado Gilberto, parece-me, inclusive, que uma das reivindicações dos Senhores Professores, é de que se regule o Estatuto, que haja uma regulamentação do Estatuto

Então vejamos: nisso os Senhores Professores nada mais estão pedindo do que aquilo que, inclusive o nobre Deputado Gilberto Carvalho pedia nesta Casa.

O Estatuto que foi dado ao Executivo, foi votado, e que nem sequer se encontra regulamentado.

Mas, eu aproveito da oportunidade. Não participei de qualquer reunião com professores, mas acho que o convite feito pelo Deputado Renato Bernardi é válido e que Vossa Excelência também lá comparecesse.

Admito que existam intransigências junto a professores. Se nós ajudarmos a achar uma solução, e hoje me parece, o diálogo estaria aberto aos Senhores Professores, sem que se leve isso para o campo da demagogia ou para o campo eleitoral, poderíamos, cara a cara com os interessados, discutir lá no local aonde eles estão nos convidando.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado. Naquele encontro que houve em Maringá, antes da aprovação do Estatuto, eu fui convidado, participei daquele encontro.

Foi dialogado e discutido o que era possível, o que não era possível ser incluído no Estatuto.

Mas, de nada resolveu, porque quando nós procuramos entrar em contato com a Secretaria de Planejamento, com o Secretário de Educação, com o Governador do Estado e conseguimos algumas alterações naquela Mensagem remetida a esta Casa, prestamos esclarecimentos naquele encontro; mas, não fomos compreendidos, Vossa Excelência é testemunha do movimento, da pressão que se fez por ocasião da votação do Estatuto.

O convite meu fica feito para a possibilidade de um encontro com o Secretário de Educação e vermos o que se pode, o caminho a ser encontrado para solucionar esse impasse.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente.

Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente.

Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente.

Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n.º 91/78, constante da Ordem do Dia, marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.”

Em votação o requerimento.— **Aprovado**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 67/78, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.P. e C.R.H., por unanimidade.— COM EMENDA DA C.C.J.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 91/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, é fixado em 14.259 policiais-militares.

Art. 2.º — O efetivo constante do artigo anterior, será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Estado do Paraná, na forma dos anexos 1, 2 e 3, integrantes desta lei, respectivamente: Resumo dos Quadros de Oficiais; Resumo dos Quadros de Oficiais, em extinção e Resumo das Praças, por Qualificação Policial-Militar Geral.

§ 1.º — As vagas previstas para o Quadro de Oficiais Especialistas Músicos serão preenchidas pelos Oficiais Músicos do Quadro em Extinção. Quando ocorrerem vagas os claros correspondentes serão ocupados segundo as normas de acesso ao Quadro de Oficiais Especialistas.

§ 2.º — O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de cinquenta e o de Aluno da Escola de Formação de Oficiais até o limite de cento e cinquenta.

Art. 3.º — As vagas abertas em decorrência desta lei serão progressivamente preenchidas mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista a disponibilidade orçamentária.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 5.797, de 24 de junho de 1968 e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 13 de junho de 1978.

(a) Poder Executivo.

| ANEXO I | | | | | | | | | |
|---|--------------|----|-----|-----|-------|-------|------|--|--|
| RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS | | | | | | | | | |
| QUADROS | CEL | TC | MAJ | CAP | 1.º T | 2.º T | SOMA | | |
| QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES | 10 | 30 | 46 | 110 | 137 | 147 | 480 | | |
| QUADRO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES | 1 | 2 | 6 | 12 | 30 | 36 | 87 | | |
| QUADRO DE SAÚDE | | | | | | | | | |
| | MÉDICOS | 1 | 5 | 6 | 7 | | 25 | | |
| | DENTISTAS | 1 | 2 | 7 | 5 | | 23 | | |
| | VETERINÁRIOS | | | | | | | | |
| BIOQUÍMICOS | | | | 1 | 2 | | 3 | | |
| | | 2 | 1 | 1 | 3 | | 7 | | |
| QUADRO DE CAPELÃES POLICIAIS MILITARES | | 1 | 1 | | | | 2 | | |
| QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS | | | | | | | | | |
| | MÚSICOS | | | 1 | 1 | 1 | 2 | | |
| COMUNICAÇÕES | | | | | | 2 | 2 | | |
| QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO | | | | 70 | 25 | 13 | 108 | | |
| QUADRO DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO | | 2 | 2 | 11 | 10 | 7 | 32 | | |
| SOMA | 13 | 44 | 69 | 162 | 220 | 263 | 771 | | |

| ANEXO 3 | | | | | | | | | |
|---|-----|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--|--|
| RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR GERAL | | | | | | | | | |
| GRADUAÇÕES | ST | 1.º S | 2.º S | 3.º S | CB | SD | SOMA | | |
| Q P M | | | | | | | | | |
| OPMG-1 PRAÇAS POLICIAIS MILITARES | 166 | 223 | 492 | 991 | 1.373 | 8.332 | 11.577 | | |
| OPMG-2 PRAÇAS BOMBEIROS MILITARES | 17 | 18 | 36 | 313 | 415 | 1.112 | 1.911 | | |
| S O M A | 183 | 241 | 528 | 1.304 | 1.788 | 9.444 | 13.488 | | |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 91/78

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei n.º 91/78, tem por finalidade fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Argumentando sobre a importância da matéria, esclarece a mensagem, que com a medida proposta estará dotando a Corporação da Polícia Militar do Estado de recursos humanos necessários ao seu plano e eficiente desempenho de suas finalidades no campo da Segurança Pública.

Legal e Constitucionalmente, a matéria não encontra óbice algum que impeça a sua tramitação normal pela Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de setembro de 1978

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator.

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 91/78

"Acrescente-se ao Artigo 2.º o seguinte parágrafo:

§ 3.º Aos médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão, realizado antes da vigência desta lei, é assegurado o direito ao aproveitamento, desde logo, na referida graduação do Quadro de Saúde.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1978.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Diversos médicos concorreram a cinco vagas de Capitão anunciadas em concurso realizado há alguns meses atrás.

O resultado publicado mostrou a aprovação de seis candidatos.

Destes, apenas um foi nomeado, tendo em vista, incorreta interpretação, quando da preparação do edital, pois na verdade, somente uma vaga existia na época.

Os aprovados, foram informados, então que já tramitava processo que visava a criação de novas vagas, ficando eles na expectativa de aproveitamento.

O projeto que ora se discute, entretanto, prevê no quadro de saúde, o cargo inicial de 1.º Tenente para os médicos, embora estabeleça seis vagas para o cargo de capitão.

Assim, para que fiquem assegurados os direitos dos concursados propomos a presente emenda.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 91/78

PARECER

O plano de lei, que ora analisamos, originária de Mensagem Governamental, tem por finalidade, fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, houve o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro do plano de lei ora em exame, a qual é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, deparamos que o próprio texto da Lei, estabelece os critérios da sua execução financeira, razão pela qual desnecessário se faz aprofundar a análise da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério — Presidente;

Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

COMISSÃO DE POLÍCIA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 91/78

O Projeto de Lei n.º 91/78, oriundo da Mensagem Governamental n.º 67/78, visa fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Aduz o Senhor Governador, na sua justificativa, que a fixação do efetivo é decorrência de criteriosos estudos realizados em consonância com as reais necessidades do setor.

Menciona, também, o elevado índice de crescimento populacional do Estado, nos últimos anos, bem como a previsão para o triênio 1968-1970, do vigente efetivo, época em que as condições de demanda eram bem diferenciadas das atuais.

O projeto de lei recebeu pareceres favoráveis, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sob os ângulos que lhes cabem analisar.

Nos termos regimentais, que cabe à essa Comissão analisar, o nosso parecer é pela aprovação pelos motivos que iremos expor.

Sem dúvida, disporá doravante a Polícia Militar, de uma base humana concebida para a sua atuação, como órgão do governo estadual, no importante setor da segurança pública, que vão se fazer sentir em breve, favorecendo a vida de todos os paranaenses.

A concepção e as características do projeto tem em conta, principalmente, proporcionar o mais alto grau de eficiência e agilidade de performance a um dos principais instrumentos no campo do bem-estar público e de paz.

Insere-se e complementa outras medidas que estão sendo adotadas no mesmo setor, qual seja: a construção de prédio destinado às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, que tornam melhores as condições dos agentes da ordem e dos reclusos.

Veículos e equipamentos são adquiridos com a finalidade de modernização e eficiência, tanto na órbita da Polícia Militar como da Polícia Civil.

Recentemente o Legislativo Estadual aprovou projeto de lei que elevou o número das diversas carreiras da Polícia Civil, propiciando uma atualização em relação às necessidades.

Todavia, no campo da Polícia Militar o efetivo continuou o mesmo, ocorrendo uma certa defasagem.

Sabe-se que há necessidade de um policiamento mais ostensivo, a fim de coibir delitos, sobretudo nos centros maiores e de acentuada aglomeração humana, locais que sofrem a preferência dos marginais.

A complexidade da vida moderna e as frustrações individuais, ensejam uma maior delinquência aqui e alhures.

Malgrado as dificuldades, muito se faz no sentido de se minorar os efetivos nocivos que agredem o cidadão e as personalidades jurídicas.

Entre as mais destacadas atividades cometidas, à Polícia Militar do Estado, está o Corpo de Bombeiro, que tantos e grandes serviços proporciona à população.

A Polícia Militar, muito vem realizando no sentido de maior integração Polícia-Povo, aproximando o cidadão, para que ele possa usufruir da organização com mais intensidade e sem qualquer receio.

O contato diário do Policial Militar na rua, ao contrário do que se pensa é em maior número relacionado a problemas sociais, como prestar informações, atender a males súbitos e acidentados, realizar partos, encaminhar dementes, pessoas extraviadas e recolher mendigos.

A par disto, vem sendo feita uma preparação para que todos os policiais possam oferecer um atendimento cordial e urbano.

Dessa forma, a Polícia Militar não difere de outras congêneres, onde não é possível separar o aspecto social para se ater exclusivamente à preservação da delinquência.

Por isso, os seus integrantes devem estar preparados, concomitantemente, para prevenir e reprimir o delito e para o atendimento da sociedade de modo geral.

Ao lado da necessidade de se fazer baixar o índice de

criminalidade há a necessidade de um contato cada vez mais amistoso entre o contribuinte e o Policial Militar.

Essa harmonia Polícia-Povo, já vem sendo sentida. Quanto melhor for o relacionamento, maior bem-estar será proporcionado à coletividade paranaense.

A sociedade passa a ter uma Polícia cada vez mais eficiente e esta se torna mais respeitada, admirada e, conseqüentemente, mais apoiada, pela própria população.

Posto isto, somos de opinião que o projeto de lei preenche os requisitos necessários sob o prisma que cabe a essa Comissão analisar, fundamentos que ao lado de outros tantos, nos convenceram de que o nosso parecer deve ser pela sua aprovação.

Favorável é o Parecer.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1978.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;

Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 91/78

PARECER

É de fundamental importância para o campo da Segurança Pública, o plano de lei que ora é submetido à apreciação desta Comissão, pois o mesmo virá dotar aquela Corporação, de número e pessoal necessários para o bom desempenho de suas funções em todo o território estadual, tendo em vista o elevado índice populacional, que atravessa o Estado do Paraná, nesses últimos anos.

Outrossim, o atual efetivo daquela Corporação, foi previsto para o triênio 1968-1970, e já não condiz com a atual demanda, e por outro lado, convém ressaltar que os estudos para alteração de efetivos policiais militares, é feito através de aprovação da Inspeção das Polícias Militares, e do próprio Estado Maior do Exército, o que diz bem do projeto em tela. E esta Comissão de Recursos Humanos, em consonância com as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Polícia, dá seu parecer Favorável ao Projeto de Lei n.º 91/78.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Presidente e Relator. Em votação. Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, a olho nu, já se pode verificar que não há "quorum". Requeiro a Vossa Excelência, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere. Em votação o Projeto de Lei n.º 91/78.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, ao que me parece, tem precedência o requerimento do nobre Deputado Gilberto Carvalho. Vossa Excelência deve proceder a verificação de votação, proceder a chamada nominal para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não é esse o entendimento da Presidência, mesmo porque, a chamada nominal não altera, absolutamente, o resultado da votação. Houve uma solicitação de pedido de verificação. Concluído o pedido de verificação, a Presidência atenderá o que em questão de ordem, requereu o Deputado Gilberto Carvalho.

Em votação o Projeto de Lei n.º 91/78. (Pausa) Oito

Senhores Deputados o aprovam; cinco Srs. Deputados se abstiveram de votar.

Não há "quorum" para deliberação. A Presidência atende o que em questão de ordem requereu o vice-líder, Sr. Deputado Gilberto Carvalho e determina ao Sr. 1.º Secretário, faça a chamada nominal para a constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 24 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão. A Presidência alerta todavia, os Srs. Deputados, que terá que cumprir o § 2.º, do artigo 194, do Regimento Interno, não havendo nenhuma possibilidade de que os Srs. Deputados sejam beneficiados com o constante do § 3.º, do referido artigo 194, do Regimento Interno, desde que tenha a Ordem do Dia adiamento de votação por falta de "quorum".

A Presidência colocará a matéria em discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA LONDRINA", com sede e foro na cidade de Nova Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GOIOERÊ", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública o "LAR BETEL", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/77, de autoria dos Senhores Deputados ACCIOLY NETO e ENÉAS FARIA, que determina ao Poder Executivo adquirir duas viaturas, ao destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova redação, conforme especifica, ao parágrafo único do artigo 39, da Lei n.º 4766, de 13/11/63. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/77, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que dispõe sobre a transferência de área territorial de um para outro município, conforme estabelece e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de Jardim Alegre, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J.— Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/78, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraí do Sul, imóvel que especifica.

Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23/78, que objetiva transferir à TELEPAR, lotes de terreno de propriedade do Estado, situados no Município da Lapa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/78, de autoria do Deputado EGON PÜDELL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", da cidade de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/78, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA ANNA NERY", com sede e foro na cidade de Alto Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO HUMANA", com sede e foro na cidade de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/78, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE EMAÚS", com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio-Pr. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 74/78, que objetiva atribuir aos cargos que especifica, vencimentos da simbologia D.A.S.-3, instituída pela Lei n.º 6996, de 12/04/78, e cria 3 (três) cargos de Assessor Técnico Símbolo D.A.S.-4. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de PALMAS, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 26/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de um prédio de alvenaria, com dois pavimentos, situado a Praça Bom Jesus, na cidade de Palmas, construído no lote de terreno medindo 17,70 (dezessete metros e setenta centímetros) de frente, com fundos correspondentes para a Avenida Coronel José Osório, lote esse fechado de muro e gradil, com todas as benfeitorias, dividindo e confrontando: ao norte, com a referida Praça Bom Jesus; ao sul, com a dita Avenida Coronel José Osório, a leste com terrenos de propriedade de Paulo Calusen e a Oeste com terrenos pertencentes a Rutílio de Sá Ribas, conforme escritura lavrada no Cartório do Registro Geral e de Hipotecas, Tabelionato de Notas e Ane-

xos, da Comarca de Palmas, às fls 08 a 10, do livro 49, de 19 de fevereiro de 1.945.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende com o presente plano de lei seja doado ao Município de Palmas, refere-se ao antigo edifício do Forum da cidade, para cujo destino a Prefeitura Municipal pretende instalar a Biblioteca Municipal e um Museu da cidade.

Atualmente, o prédio se encontra sem utilização e com a pretendida doação, de muito será a sua valia para a comunidade de Palmas, mormente com relação ao seu desenvolvimento cultural.

Com isso, esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 26/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, tem por objetivo o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, doar ao Município de Palmas, o imóvel de propriedade do Estado, aqui especificado.

Pelo que se verifica, através da justificativa, pretende-se instalar no imóvel, objeto deste plano de lei, a Biblioteca Municipal e um Museu na cidade de Palmas.

Nada mais justo e oportuno, pois trata-se de uma iniciativa louvável que muito contribuirá para o desenvolvimento cultural daquela comuna.

Não existe impedimento de ordem constitucional ou legal.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 26/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, doar ao Município de Palmas, imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à esta matéria, achando que se trata de uma medida justa e oportuna, pois tem por finalidade a instalação da Biblioteca Municipal e um Museu na cidade de Palmas.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada temos a opor a respeito desta iniciativa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 8 de setembro de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 26/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei n.º 26/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Palmas, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria e o aspecto financeiro, houve o pronunciamento favorável, das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Analisando-se o mérito da matéria, ao qual é chamado a opinar a presente Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que de acordo com a justificativa apresentada

pelo seu autor das mais justas será a doação pretendida, razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1978.

(aa) Eggon Püdel, Presidente; Hélio Manfrinato, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando informações sobre, se foram contratados ou nomeados pessoal para o quadro de funcionários desta Casa.— À consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Idavino Schultz, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adelina Issa Maluf, ocorrido em Wenceslau Braz.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à empresa paranaense "Indústrias Todeschini S/A.", adotando o "slogan": "É o Paraná alimentando o Brasil". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um posto telefônico interurbano, na localidade de Virmond, no Município de Laranjeiras do Sul.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a criação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Cambira.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência pode dar os termos do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência procederá a leitura do requerimento.

(É procedida a leitura do inteiro teor do requerimento)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

Eu pretendia falar no encaminhamento da votação do requerimento apresentado pelo eminente Deputado Ivo Thomazoni em que pede a instalação de uma agência do Banco do

Estado do Paraná, no Município de Cambira.

No Município de Cambira, o qual eu tenho a honra de representar nesta Casa.

O Banco do Estado adquiriu o acervo de um banco, Crédito Cooperativa, que havia na região, com agência em Cambira, Itacolomi, Apucarana e com esta aquisição, o Banco do Estado do Paraná, pretende conseguir junto ao Banco Central, uma patente para a instalação de uma agência naquele município. Já estivemos em contato com o Presidente do Banco do Estado e estamos aguardando que o Banco Central conceda a patente para a instalação da Agência daquela cidade.

Quero congratular-me com a iniciativa do nobre Deputado que vem somar a nossa reivindicação e a pretensão dos moradores do Município de Cambira.

Falamos discutindo este requerimento, para dar o nosso integral apoio que vem atender a reivindicação do Município de Cambira.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita do eminente Deputado Gilberto Carvalho, que, se desejar, subscreva o presente requerimento, e a Presidência, com satisfação, retirará o nome da autoria do requerimento, que apresentou por solicitação das autoridades constituídas, daquele Município.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em nome do Poder Legislativo, em que apela sejam concedidos os benefícios e reivindicações à classe do magistério paranaense.—

Encerrada a discussão.

A Presidência registra, com satisfação, as presenças neste Plenário, dos Srs. Severo Cordeiro e Claudemir Marcos Cordeiro, ambos industriais de Curitiba, que visitam este Plenário.

Da mesma forma, a Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Nelson Maculan.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.